



CONFERÊNCIA OS MAIORES DESAFIOS DA CONSTITUIÇÃO ANGOLANA

A nova Constituição de Angola e a economia de mercado

A lei fundamental marca o início de um ciclo de conferências sobre o ordenamento jurídico em Angola. Marcelo Rebelo de Sousa foi o orador convidado.

Paula Cardoso*

paula.cardoso@scoremedia.co.ao

“Esta Constituição corporiza de forma mais clara e mais ampla uma viragem de regime”, afirmou Marcelo Rebelo de Sousa na conferência “Os Maiores Desafios da Constituição da República de Angola”, realizada quinta-feira em Luanda, no Hotel do Centro de Convenções de Talatona. O conhecido constitucionalista explicou que, “de um tempo mais ligado à legitimidade revolucionária, em que a iniciativa privada era uma realidade secundária, passou-se para um regime com acento tónico na liberdade de mercado”.

Marcelo Rebelo de Sousa sublinhou que o Estado angolano ainda conserva “um papel importante” na regulação económica. Ainda assim, observou que a nova Constituição consagra, quer o direito de propriedade privada, quer a liberdade de iniciativa privada como poucas outras o fazem em todo o mundo. “São direitos que em Angola fazem parte da reserva absoluta de competência legislativa da Assembleia Nacional”, notou Marcelo Rebelo de Sousa, acrescentando que, na maior parte dos ordenamentos jurídicos, surgem “quanto muito, como direitos de reserva relativa”.

O professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa ainda se questionou sobre a legitimidade de “um português opinar

“De um tempo mais ligado à legitimidade revolucionária, em que a iniciativa privada era uma realidade secundária, passou-se para um regime com acento tónico na liberdade de mercado”, diz Marcelo Rebelo de Sousa.

sobre Constituição da República de Angola, em Luanda?” e fez uma recomendação: “se daqui a uns meses prevalecer o debate constitucional em vez da preocupação de aplicar a Constituição é porque há qualquer coisa errada”.

Para Marcelo Rebelo de Sousa, “esta é uma Constituição muito ambiciosa”, quer no “domínio da legislação complementar económica, quer no domínio da legislação complementar política”, destacando ainda a dinâmica que a lei fundamental de Angola deverá imprimir à calendarização legislativa. “Se as legislativas são daqui a dois anos e meio, então será necessário proceder aos ajustes legislativos em tudo o que for considerado essencial para garantir a aplicação da nova lei”, notou Marcelo Rebelo de Sousa, em sintonia com o juiz do Tribunal Constitucional de Angola Onofre dos Santos.

Uma atitude mais liberal

“Temos uma lei de investimentos que provavelmente estará a ser repensada”, explicou o juiz conselheiro, sublinhando que “há todo um repensar e um ajustamento da legislação à luz dos novos princípios, valores e tarefas do Estado que estão agora plasmados na Constituição”. Defensor de uma atitude mais liberal por parte do Governo, Onofre dos Santos afirmou que todas as pessoas que tenham dinheiro e estejam dispostas a trabalhar, devem poder investir em Angola. “Quando passamos

seis meses a ver se as pessoas vão ter condições para gerir os negócios e a conferir determinados pressupostos que têm de ser observados, estamos a perder tempo. Isso vai contra o espírito da competitividade e do desenvolvimento de Angola”, lamenta o juiz conselheiro e sublinha que “o desenvolvimento de Angola não pode ficar adiado por muito mais tempo”.

A importância do novo ciclo de conferências

Co-organizado por duas firmas de advogados – a angolana Legal Counsel Firm (LCF) e a Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados, portuguesa –, este evento marcou o arranque de um novo ciclo de conferências jurídicas em Angola, centrado na valorização do homem (ver caixa).

“Temos a obrigação de nos juntar e de fazer do capital humano o investimento certo e seguro para o sucesso de qualquer organização”, destacou Lourdes Caposso Fernandes, directora-geral da Legal Counsel Firm, explicando que a principal motivação por detrás do lançamento da iniciativa está na necessidade de despertar e formar consciências.

“Angola precisa de um fórum didáctico e académico onde se possam discutir os assuntos essenciais para o crescimento sustentado de Angola”, salientou a responsável da LCF em declarações ao Diário Económico. ■ ***Jornalista do Expansão**





PONTOS-CHAVE

Marcelo Rebelo de Sousa afirmou, em Luanda, que "a nova Constituição angolana é muito ambiciosa", quer no domínio económico, quer no domínio político.

Onofre dos Santos, do Tribunal Constitucional de Angola, defendeu uma atitude mais liberal em relação aos investidores, desde que tenham dinheiro e queiram trabalhar.

Marcelo Rebelo de Sousa advogou a necessidade de Angola "consagrar de forma irreversível, definitiva e mais sofisticada a legitimidade eleitoral".



Os desafios da lei fundamental angolana

Marcelo defende que as pessoas devem perceber a importância da Constituição para a sua vida.

"Quais são as reflexões que me posso permitir fazer"? Da pergunta, à resposta – expostas durante a conferência "Os Maiores Desafios da Nova Constituição da República de Angola", realizada quinta-feira, em Luanda – Marcelo Rebelo de Sousa, enumerou aqueles que considera serem os principais e mais imediatos reptos da lei fundamental angolana.

"É necessário consagrar de forma irreversível, definitiva e mais sofisticada a legitimidade eleitoral", afirma o constitucionalista português.

O professor catedrático e constitucionalista começou por destacar a necessidade de se inaugurar um "longo período de estabilidade constitucional nas matérias mais importantes", nomeadamente sobre o regime económico, o regime político, o sistema eleitoral, os partidos e o controlo da constitucionalidade.

Outro dos desafios apontados por Marcelo Rebelo de Sousa é o de Angola "consagrar de forma irreversível, definitiva e mais sofisticada a legitimidade eleitoral", que definiu como sucessora da legitimidade revolucionária, correspondente a uma renovação geracional.

A este par de desafios, juntou ainda o da promoção da concórdia institucional – alertando para a necessidade de se anular a questão constitucional "como questão central de todos os debates legislativos" – e o da pedagogia.

"É fundamental que as pessoas em Angola percebam a importância da Constituição para a sua vida", notou o Rebelo de Sousa, acrescentando que essa compreensão "faz parte da construção de uma sociedade mais madura e, progressivamente, mais participada em termos democráticos". ■ **PC.**

1 A Constituição de Angola e os desafios que vem colocar foi o tema da primeira de uma série de conferências que vão realizar-se em Luanda sobre questões jurídicas.

2 Da esquerda para a direita, Pedro Rebelo de Sousa, da SRS & Advogados Associados, Inglês Pinto, bastonário da Ordem dos Advogados de Angola, e Marcelo Rebelo de Sousa, constitucionalista e professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

3 Aspecto da assistência que seguiu atentamente o desenrolar dos trabalhos que tiveram lugar no Hotel do Centro de Convenções de Talatona, em Luanda.

Ciclo de conferências com força de lei

O tema de Abril foi a Constituição da República de Angola, em Maio será a legislação laboral e, em Junho, as energias renováveis. A firma de advogados angolana Legal Counsel Firm lançou, em parceria com a Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados, portuguesa, um ciclo de conferências denominada "Lei Com Força" que tem a missão de identificar os maiores desafios que se projectam nas áreas, consideradas vitais para o

desenvolvimento de Angola. Iniciada esta semana e completada com cursos de formação sobre as temáticas exploradas – tem como principal motivação "a valorização do capital humano", conforme destacou Lourdes Caposso Fernandes, directora-geral da Legal Counsel Firm e moderadora da conferência inaugural intitulada: "Os Maiores Desafios da Nova Constituição da República de Angola". Esta conferência foi

“
É importante que a comunidade empresarial angolana esteja bem informada”

José Vaz Pinto.

patrocinada pela empresa de recursos humanos Singular Internacional, que viu no evento uma oportunidade de contribuir para a reconstrução angolana e para ajudar a formar consciências. "É importante que a comunidade empresarial angolana esteja bem informada", disse, José Vaz Pinto, 'managing director' da Singular, lembrando que "a nova Constituição de Angola define um novo enquadramento para o país". **PC.**